Movimentos sociais de direitos humanos e mobilizações nas redes sociais [1]

Lynara OJEDA[2]
Katarini MIGUEL[3]
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Resumo
Partimos do reconhecimento de que diversos avanços no agendamento de temas urgentes na sociedade se devem ao engajamento de movimentos que trabalham para dar visibilidade à garantia dos direitos humanos. Com o surgimento da internet, criam-se novos espaços e ferramentas tecnológicas de divulgação e mobilização. No presente trabalho, buscamos refletir sobre os desafios e possibilidades da atuação desses grupos da sociedade. Para isso, propomos a observação dos movimentos sociais que se dedicam a três subtemas dentro da temática dos direitos humanos: mulheres, povos indígenas e crianças e adolescentes. Buscando verificar como esses grupos têm ocupado o espaço virtual e as redes sociais para sua própria midiatização e, assim, compreender as relações estabelecidas entre sociedade, comunicação e os direitos humanos.

Palavras-chave: comunicação; movimentos sociais; direitos humanos; cidadania.

Introdução

O processo histórico brasileiro pela qual os direitos fundamentais foram criados nos textos constitucionais e nas legislações contou com a efetiva participação da população por meio dos movimentos sociais. É muitas vezes pelas lutas e os movimentos sociais que os direitos humanos e fundamentais adquirem significado e efetividade no processo da defesa da cidadania no Brasil. Castells (2013, p. 157) afirma que "ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social".

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, email: lynaraojeda@gmail.com

[3] Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de S.Paulo. Docente do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, email: katarini.miguel@ufms.br

Assim, reconhece-se que diversos avanços no agendamento de temas urgentes na sociedade e a criação de novos mecanismos de defesa dos direitos humanos se devem ao trabalho de movimentos da sociedade que trabalham de modo a contribuir para a visibilidade do tema, principalmente porque, ao pensarmos nos meios de comunicação, muitas vezes a mídia tradicional se furta de exercer essa função de dar notoriedade a temáticas sociais e contribuir para dar um lastro de sentido a essas questões.

Em um primeiro momento é preciso compreender o que são esses movimentos dos quais iremos falar. Para tanto, utilizaremos a definição adotada por Miguel:

> O movimento social é, a *priori*, um fenômeno histórico, decorrente de lutas sociais, e sua representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico. São manifestações coletivas que marcam mudanças na sociedade e na política, com capacidade, inclusive, para gerar novos códigos culturais. Entre as diversas teorias e hipóteses, a que nos cabe melhor aqui, é a relacionada aos novos movimentos sociais, que atuam de forma autônoma, pautam novos temas e formas de fazer política, e aderem amplamente à midiatização. Eles usam a mídia e as atividades de protesto para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes (MIGUEL, 2014, p. 49).

Seguindo o mesmo caminho, ao apresentar os novos movimentos sociais, Boaventura de Souza Santos define que os protagonistas das lutas a que se refere são "grupos socais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses coletivos por vezes muito localizados, mas potencialmente universalizáveis" (SANTOS, 1999, p. 225). São grupos que muitas vezes assumem uma função mediadora no processo de dar visibilidade aos temas sociais.

Reconhecendo a importância do papel exercido por esses movimentos e considerando as mudanças e avanços tecnológicos que estão acontecendo, o presente trabalho busca, a partir da reflexão teórica e da observação empírica, compreender as relações estabelecidas entre sociedade, comunicação e os direitos humanos. E assim, podermos entender como as tecnologias têm sido utilizadas por movimentos sociais preocupados com a temática, uma vez que a internet tem se consolidado como um espaço sem fronteiras, permitindo a participação e engajamento de diversas pessoas das mais diferentes localidades. Marcos Palácios, em 1996, já indicava que "comunidades

virtuais algumas congregando milhares de cidadãos estão em pleno funcionamento, propiciando o aparecimento de novas formas de sociabilidade" (PALÁCIOS, 1996, p. 4). Deste modo, a sociedade passou a reconhecer a possibilidade estratégica de criar novos espaços de fala e contrapoder. "As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente no Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder" (CASTELLS, 2013, P. 10).

Apropriando-se disso, os movimentos criam espaços de resistências onde podem pautar os temas que consideram urgentes na sociedade e que muitas vezes são negligencias pelo Estado.

> Os espaços ocupados têm desempenhado papel importante na história da mudança social, assim como na prática contemporânea, por três motivos básicos: 1. Eles criam comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade; 2. Os espaços ocupados não carecem de significado: são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder de Estado ou instituições financeiras; 3. Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se torna um espaço político, para que assembleias soberanas se realizem e recuperem seus direitos de representação (CASTELLS, 2013, p 15-16).

Ao pensarmos na construção dessas comunidades no ciberespaço, Palácios indica que: "no caso das comunidades virtuais, esse pertencimento é sempre plenamente eletivo: o indivíduo só pertence se, quando e por quanto tempo estiver, efetivamente, interessado em fazê-lo" (PALÁCIOS, 1995, p. 16).

Deste modo, é relevante observar que os movimentos civis organizados e instituições desse segmento, passaram a ter a disposição ferramentas estratégicas de mobilização e novas possibilidades de agrupar um número cada vez maior de indivíduos em prol de causas urgentes e que nem sempre têm espaço nas mídias tradicionais.

Para reflexão, propomos aqui a observação dos movimentos sociais que se dedicam a três subtemas dentro da temática dos direitos humanos, são eles: mulheres, povos indígenas e crianças e adolescentes. E verificar como esses grupos têm ocupado o espaço virtual e as redes sociais para sua própria midiatização. Para tanto, foi escolhida

a rede *Facebook*[4], que, em 2016, já possuía no Brasil 99 milhões de usuários ativos mensais, ou seja, oito em cada dez brasileiros estão conectados.

A partir da revisão bibliográfica e da observação empírica, o presente trabalho tem como objetivo contextualizar e refletir sobre os desafios e possibilidades da atuação dessas minorias[5], explorando especificamente três páginas do *Facebook* que se autodefinem como movimentos sociais: Marcha Mundial das Mulheres, Movimento Infância Livre de Consumismo e Conselho Indigenista Missionário.

Partimos também da análise de Castells (2000) que os movimentos sociais devem ser entendidos a partir do que afirmam ser, dos seus próprios termos, sem pretensão de interpretar a verdadeira consciência, inclusive, porque o que nos interessa sobremaneira é o produto comunicação. Contradições existem, as conceituações não pode ser fechadas e, nesse sentido, as práticas discursivas são suas próprias definições.

Movimentos sociais na midiatização em rede

Impulsionados pela internet e facilidades tecnológicas, assistimos grupos e movimentos midiatizarem suas pautas e reinvindicações, conquistarem apoiadores, seguidores, replicadores de suas mensagens, com uma proposta de engajamento e participação (ainda que por meio de curtidas, comentários, compartilhamentos). Nesse contexto, se aproximam da comunicação ciberativista.

Partimos da concepção de que a internet é uma infraestrutura que possibilita a mobilização e a ação coletiva, por meio de diferentes narrativas, e dá suporte para as estratégias ciberativistas. O ciberativismo ou o ativismo *online* entendidos como movimentos urbanos em rede, novas formas de viver o técnico e o político. Uma tática de luta que tem no espaço sem fronteiras da rede de computadores, com auxílio das ferramentas das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), instrumentos para reivindicação e mobilização de diferentes públicos interessados em uma temática em comum, e que se utilizam do ciberespaço para difundir a causa, que pode se esgotar no

[4] Os dados foram apresentados pelo criador da rede, Mark Zuckerberg, em um evento sobre tecnologia realizado no Brasil, o *Campus Party* - 2016. O *Facebook* é uma rede social que foi lançada em 4 de fevereiro de 2004. De acordo com a página de entrada da rede social, no *Facebook* (www.facebook.com) os usuários podem criar perfis que contenham fotos e listas de interesses pessoais, trocar mensagens privadas e públicas entre si e participarem de grupos de amigos. Em 4 de outubro de 2012, a rede social atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, tornado-se a rede social com maior número de usuários em todo o mundo.

[5] Sodré (2005) define minorias como grupos ou setores sociais que não têm acesso à fala plena, que não possuem espaços para intervirem com voz ativa nos processos decisórios.

espaço virtual ou partir para uma ação presencial (MIGUEL, 2014). São movimentos próprios da internet, como os levantes, agregações espontâneas, e também os anteriores à ela, que veem na rede uma maneira de se consolidar e expadir suas demandas.

Ugarte (2007) busca definir o ativismo a partir da perspectiva do empoderamento pessoal e destaca três eixos da prática: o discurso, as ferramentas e a visibilidade. A comunicação ciberativista é aquela que faz uso da internet para difundir discursos, colocar à disposição ferramentas de participação e engajamento e se pauta na visibilidade necessária para propor mudanças e evidenciar um poder contra-hegemônico, combativo e resistente às instituções monopolizadoras de diferentes naturezas. O ciberativismo visto como estratégia e não técnica, baseada em um discurso claro, que gera identificação, focado nos interessados diretos, com ferramentas acessíveis e visibilidade para ganhar mais adeptos e capacidade de replicação.

UGARTE (2007, p.85. tradução nossa) sintetiza o ciberativismo em uma sentença.

> (...) toda estratégia que persegue a mudança na agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do 'boca a boca' multiplicados pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. Nesse sentido, os grupos e ativistas podem atuar exclusivamente na rede e ou também presencialmente, dependendo dos propósitos.

As formas de mobilização, convocação, ativismo em rede acontecem pelos *sites*, blogs e ou pelas redes sociais. Nos referimos aqui as redes sociais digitais como sistemas de comunicação pela internet que conectam rede de pessoas em uma proposta colaborativa de compartilhamento, troca de informações e agregação de afinidades (RECUERO, 2010). Elas ganham centralidade no ativismo online e atraem os indivíduos para compartilhar informações 'em troca' de relações sociais, de capital de conhecimento e confiança. Uma forma de sociabilidade compactuada pela vontade de unir-se a grupos, a comunidades, demarcar identidades, ainda que prevaleçam os interesses individuais. As redes converteram-se em meios de uso cotidiano e permitem construir um perfil público e articular-se com uma lista de usuário, criar e fortalecer vínculos (MIGUEL, 2014).

Além de criarem seus próprios meios e aproveitarem o potencial das redes sociais para garantirem alcance de suas ações, observa-se, ainda, que os movimentos

sociais, reconhecendo a importância e poder da mídia e aproveitando esse cenário, exercem um papel estratégico no agendamento de temas ligados à cidadania nos meios de comunicação, seguindo a lógica de um contra-agendamento. O que possibilita que eles atuem de modo a pautar a imprensa e levem à população as informações necessárias para o debate acerca da proteção aos direitos humanos.

Com isso, vamos discutir na sequencia os espaços de movimentos que atuam na defesa dos direitos humanos.

Movimentos sociais no Facebook

Nessa proposta de compreender as estratégias de comunicação utilizadas pelos movimentos sociais para ocupar os espaços de mobilização oferecidos pelas redes sociais- mídias mais livres, coloquiais, próprias para o engajamento, ainda que provisório -, podemos avaliar os quesitos de autoridade, visibilidade, reputação e popularidade do ator em rede (RECUERO, 2010), a partir das caracterização das fanpages, que vem a seguir.

Ao pesquisar as páginas do *Facebook* voltadas para a discussão das três temáticas escolhidas neste trabalho – mulher, crianças e adolescentes e população indígena – definimos como critério de observação os perfis de grupos que se autodeclaram como movimentos sociais organizados. Nesse sentido, observamos que, embora existam diversas página na rede social que se propõem a debater direitos humanos e suas diversas especificidades, poucos grupos se reconhecem ou se declaram movimentos sociais.

No que se refere a perfis voltados à garantia e promoção dos direitos humanos e do protagonismo de mulheres, a página que aparece com número mais expressivo de curtidas é a "Marcha Mundial das Mulheres" (www.facebook.com/pg/marchamundialdasmulheresbrasil), que se apresenta como "um movimento feminista internacional que luta para mudar o mundo e a vida das mulheres, integrando a construção de igualdade e liberdade das mulheres às lutas por transformações globais na sociedade. As principais bandeiras do movimento são a luta contra a pobreza e a violência sexista, a luta contra mercantilização do corpo da mulher, pela legalização do aborto e outros"[6]. No dia 14 de janeiro de 2017, a página possuía

[6] Informações disponíveis no perfil do movimento no Facebook.

34.885 curtidas. No perfil, o movimento compartilha textos de seu blog, com abordagens voltadas a discussão sobre machismo, misoginia e violência de gênero, como no dia 10 de janeiro, o texto com o título: "Misoginia: uma psicopatia estruturante da sociedade Patriarcal", que acabou gerando 36 curtidas e 26 compartilhamentos. Já nos dias 03, 04 e 05 de janeiro a página divulgou o convite para um ato público: "Nenhuma a menos - o machismo mata!", com a convocação: "Hoje vamos às ruas, mais uma vez, denunciar o machismo que mata todos os dias!". A postagem gerou 132 curtidas e 39 compartilhamentos. Foram convidadas, no evento virtual criado na própria rede social, 21 mil pessoas, 5.100 pessoas demonstraram interesse e 2.100 confirmaram presença. Após o evento, uma notícia veiculadas no Portal G1[7] no dia 13 de janeiro sobre o ato informou que os organizadores estimaram a presença 1 mil participantes, enquanto a Polícia Militar indicou cerca de 250 pessoas. A página no Facebook e o Blog da Marcha Mundial das Mulheres não deram informações sobre o número de participantes no ato público.

Em uma nova visita, no dia 14 de julho, a página apresentava 36.782 curtidas. O que indica que no perído de janeiro a julho o perfil do movimento no *Facebook* ganhou 1.897 novas curtidas. Na primeira quinzena do segundo mês analisado, a postagem com maior número de curtidas e compatilhamento foi postada no dia 03 de julho, intitulada "Liberdade para Khitam Saafin, Khalida Jarrar e todas/os que lutam por paz, igualdade e soberania na Plestina". A postagem mobilizava os fãs da página a assinarem uma petição que pedia a liberdade de 11 ativistas palestinos foram sequestrados no 02 de julho pelas forças de ocupação israelenses, entre elas Khitam Saafin, presidente da União de Comitês de Mulheres Palestinas e coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres/Palestina, e Khalida Jarrar, descrita pelo perfil como uma parlamentar de esquerda e defensora dos presos palestinos. A publicação teve 100 curtidas e 203 compartilhamentos.

Avaliando os números, é possível perceber, ainda que preliminarmente, que a participação e engajamento nas redes sociais acontecem de forma mais efetiva do que nas ruas, uma vez que curtir e compartilhar sejam atividades mais momentâneas e fáceis. Porém, a ocupação dos espaços urbanos não deixa de ser uma necessidade dos movimentos sociais.

[7] Ver notícia completa no link: http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2017/01/onu-ve-misoginia-e-aponta-chacina-em-campinas-como-crime-de-genero.html

> O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernértica e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação, mas ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos (CASTELLS, 2013, p. 160-161).

Na temática crianças e adolescentes, a página do Facebook que possui maior número de seguidores é a do "Movimento Infância Livre de Consumismo" (www.facebook.com/pg/InfanciaLivredeConsumismo), que no dia 14 de janeiro de 2017 possuía 221. 604 curtidas. Ele se apresenta como "um movimento social formado por mães, pais e cidadãos comprometidos com uma infância livre sem comunicação mercadológica dirigida a nossas crianças. Somos pessoas conscientes e atuantes, e não aceitamos que atribuam a nós a responsabilidade de ser o único filtro contra a forte influência da publicidade na formação de nossas crianças"[8]. A página faz postagens diárias que chegam a mais de mil curtidas, como na publicação do dia 20 de janeiro de 2017 que fala sobre os malefícios do alto consumo de açúcar pelas crianças, intitulada: "Uma verdade inconveniente". A postagem teve 1.100 curtidas, 1.023 compartilhamentos e 73 comentários.

Em 14 de julho de 2017 a página apresentou 235.149 curtidas, indicando um aumento de 13.545 pessoas curtindo o perfil do movimento no *Facebook* no perído de janeiro a julho. A postagem com maior número de curtidas e compatilhamentos na primeira quinzena de julho era uma crítica a uma propaganda de um "Chá de calcinha". Publicada no dia 12 de julho com a seguinte descrição: "Quando os pequenos rituais se tornam mega eventos, perde-se o sentido e ganha o exibicionismo e o consumismo. Depois de chá de fraldas, chá de revelação e mesversário, vem aí: chá de calcinha/cueca. Será que já temos maturidade para refletir e debater este fenômeno social sem linchar mães e empreendedoras de festas?". A publicação teve 1.500 curtidas, 414 compartilhamentos e 448 comentários.

[8] Informações disponíveis no perfil do movimento no Facebook.

Diferente da Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento Infância Livre de Consumismo não cria eventos, nem mobiliza os seguidores para participação em atos públicos, limitando-se a promover debates na própria página sempre a partir de matérias e pesquisas de jornais ou sites de comportamento. Tal característica indica que a participação em rede também tem a ver com as facilidades que tecnologias proporcionam, uma vez que as pessoas conseguem se informar, refletir, debater e disseminar a informações com apenas alguns cliques.

Na discussão e defesa dos direitos dos povos indígenas no *Facebook*, o perfil que se destaca com maior número de seguidores é do "Conselho Indigenista Missionário" (www.facebook.com/pg/conselhoindigenistamissionario), o Cimi, que em 14 de janeiro de 2017 possuía 43.101 curtidas. A página é atualizada com postagens de segunda a sexta-feira, em alguns dias com mais de uma postagem e os conteúdos dizem respeito, na maioria, ao direito a terra e demarcações. Como a matéria compartilhada na página no dia 13 de janeiro de 2017 com o título "Fazendeiros brasileiros formam milícias contra ativistas da terra, diz Human Rights Watch", que teve 235 curtidas e 240 compartilhamentos.

Já no dia 14 de julho de 2017 a página apresentou 52. 629 curtidas, ou seja, no período de janeiro a a julho, o perfil do Cimi no *Facebook* ganhou 9.528 novas curtidas. A postagem que teve como título "História da resistência indígena: 500 anos de luta, livro de Benedito Prezia", foi a que apresentou o maior número de engajamento na primeira quinzena de julho. Foram 238 curtidas e 150 compatilhamentos.

A página segue um perfil mais institucional, com o objetivo de compartilhar, divulgar e dar visibilidade às atividades do Cimi e, assim como o Movimento Infância Livre de Consumismo, não promove eventos ou atos públicos com intenção de ocupar espaços urbanos.

Considerações finais

Embora não seja possível sermos exatos ao avaliarmos os números disponíveis, em função da própria caracteristica de instantaneidade da rede, percebemos que ao longo de seis meses (janeiro a julho) houve um aumento considerável de curtidas nas páginas analisadas, onde a que apresentou o menor número de novos usuários do *Facebook* acompnahando e curtindo a página foi a Marcha Mundial das Mulheres, com

1.897 curtidas a mais. Isso pode indicar um aumento da visibilidade dos movimentos nas redes sociais.

Observamos, ainda que preliminarmente, que as postagens com maior número de curtidas são as que têm relação direta com a temática que o movimento se propõe a pautar discussões, pois quando são postadas informações que não são diretamente ligadas aos temas de cada movimento, ainda que sejam sobre direitos humanos, a participação dos usuários é menor. O que reforça a necessidade do sentimento de pertencimento por parte das pessoas presentes nas comunidades virtuais (PALÁCIOS, 1996).

Pudemos verificar também que a atuação dos movimentos analisados nas redes sociais se aproximam da comunicação ciberativista ao observamos que as postagens são feitas com o intuito de pautar novas discussões e adotando um discurso combativo, ressistente e contra-hegemônico, como verificamos nas publicações "Liberdade para Khitam Saafin, Khalida Jarrar e todas/os que lutam por paz, igualdade e soberania na Plestina" e "Fazendeiros brasileiros formam milícias contra ativistas da terra, diz Human Rights Watch". E pelo número de curtidas, compartilhamentos e comentários dos usuários, reconhecemos que o discurso adotado pelos movimentos sociais consegue gerar identificação nos interessados diretos, dando visibilidade às temáticas de atuação.

Embora ainda seja um estudo preliminar que deverá ser ampliado e aprofundado em pesquisas futuras, é possível observar que a mobilização na rede social *Facebook* dos movimentos sociais que atuam nos três subtemas escolhidos neste trabalho ainda se dá de forma tímida, onde poucas páginas atingem um número superior a 10 mil curtidas de seguidores. De todo modo, com a criação de páginas em redes sociais, os movimentos demonstram o reconhecimento da capacidade da alta mobilização e engajamento nos espaços virtuais, estando atentos às novas possibilidades tecnológicas disponíveis para a promoção do debate e garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. RJ: Zahar, 2013.

MIGUEL, K. **Pensar a cibercultura ambientalista**: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil. 266 p. Tese (doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

PALACIOS, M. **Cotidiano e sensibilidade no ciberespaço**: apontamento para discussão, in: FAUSTO NETO, Antonio & PINTO, José Milton (Orgs.). O indivíduo e as mídias. RJ: Diadorim, 1996.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. SP: Cortez, 1999.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: **Comunicação e cultura de minorias.** Org(s) PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre. São Paulo, SP: Paulus, 2005.

UGARTE, D. **El poder de las redes**. Madrid: Biblioteca de las Indias Eletrónicas, 2007.